



**DISCURSO**

**& SOCIEDADE**

Copyright © 2019

ISSN 1887-4606

Vol. 13(1) 51-73

[www.dissoc.org](http://www.dissoc.org)

---

*Artigo*

---

**O Futuro que Queremos?: uma análise da  
representação da mulher no relatório final  
da Rio+20**

*The Future We Want?: an analysis of women's  
representation in the Rio+20 final report*

*Viviane M. Heberle*

Programa de Pós-Graduação em Inglês  
Universidade Federal de Santa Catarina)

*Helena Kuerten de Salles*

Departamento de Ciências da Administração  
Universidade Federal de Santa Catarina

*Litiane Barbosa Macedo*

Programa de Pós-Graduação em Inglês  
Universidade Federal de Santa Catarina

## Resumo

*Este artigo faz parte de uma pesquisa interdisciplinar mais ampla que investiga questões de linguagem, identidade e gênero em diferentes contextos socioculturais, tendo como aparatos teórico-metodológicos a análise crítica do discurso e a linguística sistêmico-funcional, em consonância com outras áreas afins das Ciências Humanas e Sociais. O presente trabalho, situado nas áreas de Linguística Aplicada (com foco em questões relacionadas a linguagem, gênero e discurso) e Ciência da Administração (mais especificamente Estudos Organizacionais), faz um breve recorte dessa pesquisa mais ampla e investiga o papel das mulheres para o desenvolvimento sustentável no documento final da Rio+20, especificamente o capítulo Gender equality and the empowerment of women. A análise do documento evidenciou, pelo menos, duas questões centrais sobre a representação da mulher: (1) a mulher é o "outro" e (2) a mulher é representada como um ator social passivo.*

**Palavras-chave:** Gênero, Análise Crítica do Discurso, Organização das Nações Unidas, Rio+20, Estudos Organizacionais

## Abstract

*This article is part of a broader interdisciplinary study, which investigates issues related to language, identity and gender in different sociocultural contexts, based on theoretical and methodological contributions from critical discourse analysis and systemic functional linguistics, aligned with other related studies from the Humanities and Social Sciences. The present article, situated within Applied Linguistics (with a focus on language, gender and discourse) and Administrative Science (more specifically Organizational Studies) focuses on the role of women in sustainable development by analyzing the Rio+20 final report, more specifically the chapter entitled Gender equality and the empowerment of women. Our analysis revealed at least two central questions about the representation of women: (1) the woman is the "other" and (2) the woman is represented as a passive social actor.*

**Keywords:** Gender, Critical Discourse Analysis, United Nations, Rio+20, Organizational Studies

## Introdução

A linguagem é uma forma de prática social, sendo que há sempre uma relação bidirecional entre textos e sociedade, isto é, as formas discursivas e as estruturas sociais se influenciam mutuamente. (Meurer, 2007, p. 82, com base em Fairclough)

Investigar o papel das instituições na construção de identidade dos indivíduos em nossa sociedade é de suma importância uma vez que as instituições têm papel relevante como indutoras dos comportamentos individuais e coletivos (O'Donnell, 1991). A autoridade institucional, seja como uma forma organizacional ou como a solidificação de um comportamento social, é capaz de constituir, transmitir e moldar aspectos socioculturais como, por exemplo, as ordens de gênero (Eckert & McConnell-Ginet, 2003). Neste sentido, o discurso das organizações participa da definição e legitimação de determinadas estruturas sociais (Salles, 2014).

Em relação as identidades de gênero, entendemos que são socialmente construídas, ou seja, a definição de gênero não é determinada pelo aspecto biológico masculino e feminino, mas sim pelos comportamentos idealizados pela sociedade (Cranny-Francis et al, 2003). Pesquisas em linguagem e gênero têm mostrado que, apesar de formas explícitas de discriminação terem diminuído nos últimos anos, a desigualdade entre homens e mulheres ainda persiste no mundo contemporâneo (Figueiredo, 2005; Heberle, 2004; Cavazotte & Oliveira, 2016; Gontijo & Melo, 2017). Estudos sobre linguagem e gênero como os de Heberle (2000), Figueiredo (2009) e Molinete, Barcellos e Salles (2017) procuram averiguar como diferentes discursos na sociedade contemporânea representam a mulher e como a análise crítica do discurso (ACD) pode contribuir para a discussão sobre discursos sexistas, relações de poder e/ou exclusão social<sup>1</sup>.

O presente trabalho está inserido no grupo de pesquisa NuPDiscurso, cadastrado no CNPq<sup>2</sup> e faz parte de uma pesquisa interdisciplinar mais ampla que investiga questões de linguagem, identidade e gênero em diferentes contextos socioculturais, tendo como aparatos teórico-metodológicos a análise crítica do discurso e a linguística sistêmico-funcional, em consonância com outras áreas afins das Ciências Humanas e Sociais. O estudo situa-se nas áreas da Linguística Aplicada, relacionada a estudos do discurso e de linguagem e gênero, bem como da Ciência da Administração, mais especificamente estudos organizacionais. Inicialmente apresentamos aspectos referentes a discurso e contexto social em estudos organizacionais, questões de linguagem e gênero e também ACD para então apresentarmos nossa análise do texto da subseção *Gender equality and the empowerment of women*, do documento final da Conferência Mundial sobre o

Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20.

A ONU, respaldada pelo propósito de zelar pela paz mundial, goza de prestígio e seu discurso tem alcance em muitos países ao redor do mundo. Esta organização tem promovido e participado da discussão de temas diversos colaborando, assim, para a consolidação de posicionamentos ideológicos, conforme apontam estudos como o de Melo, Salles e van Bellen (2012). O objetivo da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), conforme declarado pela própria organização foi, além de renovar um comprometimento político para o desenvolvimento sustentável, avaliar os resultados conquistados a partir dos principais encontros já promovidos pela ONU bem como debater sobre novos desafios (Nações Unidas, 2016).

Ao fim do evento, que reuniu 188 Estados-Membros presentes (Chefes de Estado e Governo) e também mobilizou uma expressiva parcela da sociedade civil, a Conferência gerou como principal produto um relatório final o qual expressa o compromisso para o desenvolvimento sustentável<sup>3</sup>. A primeira versão deste documento (Zero Draft) já havia sido divulgada no início do ano de 2012 pela ONU e sofreu várias intervenções até sua versão definitiva. O relatório final, intitulado *The Future We Want* (2012), está organizado em 283 parágrafos sobre diversos temas relevantes para o desenvolvimento sustentável. Dentre os temas, a igualdade entre os gêneros e o empoderamento da mulher aparece como um dos assuntos de destaque.

Cabe enfatizar que este não é um assunto novo nas discussões da ONU. Nove grupos majoritários<sup>4</sup> tiveram a oportunidade de se manifestar no processo decisório da Plenária de Alto Nível da Rio+20, sobre temas diversos, como a erradicação da pobreza e promoção da igualdade de gênero e autonomia das mulheres (Araújo, Fraga & Resende, 2018).

Assim, buscamos investigar o papel das mulheres para o desenvolvimento sustentável no discurso da ONU/ Rio+20, mais especificamente no capítulo intitulado *Gender equality and the empowerment of women*.

### Referenciais teóricos

Nessa seção primeiramente tecemos considerações teóricas sobre estudos organizacionais, estudos de linguagem e posteriormente apresentamos categorias de análise da Análise Crítica do Discurso (ACD) (Fairclough, 2001) e Linguística Sistêmico Funcional (LSF) (Halliday, 1978).

Em estudos organizacionais, estudar identidades, discurso e contextos vem merecendo atenção. Souza (2017, p. 12), por exemplo, enfatiza que “as

identidades são sempre construídas e contidas por múltiplas práticas de categorizações e regulações, as quais as tornam fluidas, heterogêneas, políticas e até mesmo paradoxais”. Esse autor discute as ideias *queer* sobre identidade, sujeito, performatividade, performance e identificação e sugere que essas questões podem ser estendidas para se discutir identidades hegemônicas, ocupacionais/corporativas. A visão de Souza alinha-se também com a do linguista aplicado Moita Lopes (2003, p. 20), de que “as pessoas têm identidades fragmentadas, múltiplas e contraditórias”.

Pela perspectiva da Ciência da Administração, Longman (2018) nos diz que há uma disparidade entre homens e mulheres líderes e destaca o índice baixo de mulheres em posições de liderança, apesar de esforços de projetos da ONU como suas metas para o desenvolvimento sustentável 2017 (United Nations Sustainable Development Goals 2017) e para o novo milênio (United Nations New Millennial Goals 2017). Longman explica que esse baixo índice pode produzir efeito cascata danoso em comunidades e países. Ainda dentro de estudos organizacionais, Salles (2014), que adota uma perspectiva crítica dos estudos organizacionais e utiliza a análise crítica do discurso como teoria central e também método de investigação, discute o discurso em organizações não governamentais e a questão do gênero nas organizações (Salles, 2014; Salles, Dellagnelo & Barcellos, 2016; Molinete, Barcellos & Salles, 2017).

Já estudos de gênero e linguagem sob a perspectiva da análise crítica do discurso no Brasil desenvolveram-se a partir dos trabalhos de Carmen Rosa Caldas-Coulthard (1994; 2008) e Izabel Magalhães (1986; Magalhães, Martins & Resende, 2017). O termo gênero aqui é definido como uma categoria socialmente construída, diferentemente da identificação biológica masculina/feminina (Eckert & McConnell-Ginet, 2003; Heberle, Ostermann & Figueiredo, 2006). Gênero articula-se com outras categorias sociais, tais como etnia, classe social, ocupação e está presente nas interações sociais, ou seja, “enquanto participantes em comunidades específicas, estamos constantemente, em nossas interações sociais, negociando normas, formas de agir e discursos que definem o gênero” (Heberle et al, 2006, p.9). Compreende-se que a linguagem tem o papel de suma importância na construção de identidades, uma vez que o mundo e os sujeitos são constituídos na linguagem.

De acordo com Cameron (2005), uma visão pós-moderna de gênero está ligada à performatividade: gênero é o que se faz e as identidades de gênero são continuamente produzidas. Cameron (2005) ainda explica que existem masculinidades e feminilidades múltiplas, interligadas com outras dimensões como idade, etnicidade, classe, ocupação, conforme já apontamos. Entretanto,

embora a linguagem materialize/manifeste valores culturais de uma determinada sociedade, as representações de mundo relacionadas à questão de gênero ainda são frequentemente vistas sob um olhar masculino e com padrões estereotipados da mulher.

A partir de estudos organizacionais e de linguagem e gênero, nossa análise fundamenta-se na ACD desenvolvida por Norman Fairclough (2001; 2003; 2010), com o pressuposto de que a linguagem é parte irredutível da vida social relacionada dialeticamente a outros elementos sociais. Dessa maneira, na ACD, o termo discurso indica uma visão particular da linguagem em uso, ou seja, o discurso é uma prática social que, articulada na linguagem, representa e significa o mundo, constituindo-o e construindo-o em significados. De acordo com Magalhães (2005, p. 4), ACD refere-se a “uma transdisciplinaridade com um foco específico sobre a relação entre o mundo social e a linguagem”.

A proposta central da ACD é expor as ideologias subjacentes ao discurso a fim de conscientizar as pessoas de que nem tudo que é senso comum é natural, mas sim naturalizado por tradições e convenções sociais que, normalmente, perpetuam relações assimétricas de poder. Dessa forma, quando as práticas discursivas são percebidas como construções sociais podem ser questionadas e perder sua força de sustentar práticas sociais que servem de suporte a estruturas de dominação. Um processo central na ACD é relacionar textos e prática social pois parte-se do pressuposto que os textos guardam vestígios das rotinas sociais (Meurer, 2007).

Conforme atesta Halliday (1978)<sup>5</sup>, uma análise de discurso sem evidências textuais é apenas um comentário sobre um texto ou um conjunto de convenções não linguísticas. Desta forma, na proposta teórico-metodológica de Fairclough (2001; 2010), a ACD se realiza em três dimensões textual, discursiva e social: texto refere-se à análise de aspectos léxico-gramaticais descritivos da linguagem, que pode incluir vocabulário, gramática, estrutura textual e coesão; prática discursiva refere-se a questões relacionadas à produção, distribuição e consumo do texto; e prática sociocultural a questões referentes a situações locais ou mais abrangentes da sociedade, em relação, por exemplo, à ideologia e relações de poder. Conforme o autor, a dimensão texto guarda um poder de descrição, a prática discursiva de interpretação enquanto é na análise da prática sociocultural que está contido o domínio explicativo do fenômeno em análise. Essas três dimensões são discutidas em nosso estudo.

O sistema de transitividade é uma ferramenta utilizada pela ACD na análise textual, a partir da LSF (Halliday, 1978; Halliday & Matthiessen, 2004; 2014). Trata-se de um importante recurso para se entender as representações, pela

identificação no texto dos agentes das ações, as ações e as circunstâncias e revelar as escolhas linguísticas de um determinado texto. A transitividade sinaliza nas orações as associações entre o que é realizado (tipos de verbos, denominados processos na LSF, a saber: material, mental, verbal, comportamental, relacional e existencial) e os papéis atribuídos aos envolvidos (participantes), além das circunstâncias de tempo, modo, lugar, contingências, etc (Halliday & Matthiessen, 2004).

Outra categoria de análise pelo viés da ACD refere-se à identificação de atores sociais. Segundo Fairclough, uma forma para se discutir atores sociais é a abordagem proposta por van Leeuwen (1997; 2005), para quem os atores sociais podem ser representados de diversos modos num discurso. Além das categorias gramaticais para investigação da representação, como a transitividade, o autor sugere elementos de análise sócio-semânticos. Conforme sua explicação

a agência, por exemplo, enquanto conceito sociológico, revela-se da maior importância clássica na análise crítica do discurso: quais os atores sociais e em que contextos estão eles representados como ‘agentes’ e como ‘pacientes’? Mas a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística, pelo papel gramatical do ‘agente’, e pode também ser realizada de muitos outros modos, por exemplo, através de pronomes possessivos [...], ou através de um sintagma preposicional [...] (van Leeuwen, 1997, p. 169)

Essas considerações teóricas, aliadas a questões propostas por Fairclough (1992; 2003) e também Motta-Roth e Heberle (2015), contribuíram para a investigação do nosso corpus. Passamos a seguir às análises.

### **Análise e discussão: As dimensões de prática discursiva e prática social**

Nossa análise inicia com aspectos referentes às dimensões macro, ou seja, prática discursiva e prática social, do texto em tela, o relatório final da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+20 da ONU. Focalizamos os nove parágrafos do texto que compõe a subseção *Gender equality and the empowerment of women*, conforme retratado na Figura 1. No documento original, cada parágrafo do relatório é sinalizado com um número sequencial, mantido por nós para facilitar possíveis consultas posteriores.

Figura 1: Texto analisado

***Gender equality and the empowerment of women***

236. *We reaffirm the vital role of women and the need for their full and equal participation and leadership in all areas of sustainable development, and decide to accelerate the implementation of our respective commitments in this regard as contained in the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, as well as Agenda 21, the Beijing Declaration and Platform for Action and the United Nations Millennium Declaration.*

237. *We recognize that, although progress on gender equality has been made in some areas, the potential of women to engage in, contribute to and benefit from sustainable development as leaders, participants and agents of change has not been fully realized, owing to, inter alia, persistent social, economic and political inequalities. We support prioritizing measures to promote gender equality and the empowerment of women in all spheres of our societies, including the removal of barriers to their full and equal participation in decision-making and management at all levels, and we emphasize the impact of setting specific targets and implementing temporary measures, as appropriate, for substantially increasing the number of women in leadership positions, with the aim of achieving gender parity.*

238. *We resolve to unlock the potential of women as drivers of sustainable development, including through the repeal of discriminatory laws and the removal of formal barriers, ensuring equal access to justice and legal support, the reform of institutions to ensure competence and capacity for gender mainstreaming and the development and adoption of innovative and special approaches to address informal, harmful practices that act as barriers to gender equality. In this regard, we commit to creating an enabling environment for improving the situation of women and girls everywhere, particularly in rural areas and local communities and among indigenous peoples and ethnic minorities.*

239. *We commit to actively promote the collection, analysis and use of gender-sensitive indicators and sex-disaggregated data in policy, programme design and monitoring frameworks, in accordance with national circumstances and capacities, in order to deliver on the promise of sustainable development for all.*

240. *We are committed to equal rights and opportunities for women in political and economic decision-making and resource allocation and to removing any barriers that prevent women from being full participants in the economy. We resolve to undertake legislative and administrative reforms to give women equal rights with men to economic resources, including access to ownership and control over land and other forms of property, credit, inheritance, natural resources and appropriate new technology.*

241. *We are committed to promote the equal access of women and girls to education, basic services, economic opportunities and health-care services, including addressing women's sexual and reproductive health, and ensuring universal access to safe, effective, affordable and acceptable modern methods of family planning. In this regard, we reaffirm our commitment to implement the Programme of Action of the International Conference*



*on Population and Development and the key actions for the further implementation of that Programme of Action.*

*242. We recognize that gender equality and the effective participation of women are important for effective action on all aspects of sustainable development.*

*243. We support the work of the United Nations system in promoting and achieving gender equality and the empowerment of women in all aspects of life, including with respect to the linkages between gender equality and the empowerment of women and the promotion of sustainable development. We support the work of UN-Women in leading, coordinating and promoting the accountability of the United Nations system in this regard.*

*244. We invite donors and international organizations, including the United Nations system organizations, as well as the international financial institutions, regional banks and major groups, including the private sector, to integrate fully commitments and considerations on gender equality and the empowerment of women and to ensure the participation of women and effective gender mainstreaming in their decision-making and full programming cycle. We invite them to play a supportive role in the efforts of developing countries to integrate fully commitments and considerations on gender equality and the empowerment of women and ensure the participation of women and effective gender mainstreaming in their decision making, programme planning, budgeting and implementation, in accordance with national legislation, priorities and capacities.*

Fonte: United Nations (2012). **The Future We Want** (p.44-46). Rio de Janeiro.

Em termos de contexto institucional mais amplo, a ONU constitui uma organização internacional que, em 1945, no período pós-segunda guerra mundial, foi formada por 50 países, voluntariamente engajados, para tratar da paz e do desenvolvimento mundial. Atualmente possui 193 países membros (Nações Unidas, 2018).

A Conferência Rio+20, ocorrida em junho de 2012, no estado do Rio de Janeiro, objetivava avaliar os resultados conquistados a partir dos principais encontros anteriores promovidos pela ONU e debater sobre os novos desafios para sustentabilidade, além de renovar um comprometimento político para o desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, houve uma repercussão mundial dos debates ocorridos na Conferência e as discussões ali produzidas são reveladoras de uma ideologia contemporânea desta organização. Em termos de intertextualidade, o relatório final da Rio+20 dialoga também com três conferências anteriores da ONU, a saber a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro (Rio 92 ou ECO-92) e a Conferência Rio+10, realizada em Johannesburgo em 2002 (Oliveira, 2014, p. 13).

De acordo com Araújo, Fraga e Resende (2017, p.80), a Rio+20 “representou mais um esforço intensivo para a construção conceitual e de propostas de ação para o desenvolvimento sustentável”. O documento *The Future We Want*, foi publicado nas seis línguas oficiais da ONU: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol. O documento em inglês, versão analisada, está organizado em 54 páginas e seis seções (*I – Our common vision; II - Renewing political commitment; III - Green economy in the context of sustainable development and poverty eradication; IV - Institutional framework for sustainable development; V - Framework for action and follow-up; e VI - Means of implementation*). Na seção 5 estão reunidos 26 tópicos, considerados os principais temas para o desenvolvimento sustentável. O último tópico, *Gender equality and the empowerment of women*, (nosso *corpus* de análise) é a parte do documento que aborda especificamente a questão de igualdade de gênero e mulher.

O relatório final intitulado *The Future We Want*, após sucessivas revisões, conforme já apontado, foi assinado por 188 Chefes de Estado. Neste sentido, o seu conteúdo é chancelado por uma expressiva parcela de nações e, portanto, a forma como a mulher é representada neste documento pode ser bastante reveladora de um discurso hegemônico da dominação masculina. Num movimento dialético, esse discurso, que representa diversas nações, *atravessa* o documento produzido pela ONU ao mesmo tempo em que esta organização contribui para a formação dos discursos nacionais (Fairclough, 2003).

Em termos de interdiscursividade, um dos aspectos centrais da dimensão *prática discursiva*, pode-se observar a preocupação com os direitos humanos em outros documentos da ONU há algum tempo, conforme nos explica Grubba (2015): a Carta da ONU de 1945 já afirmava “a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos de homens e mulheres, na igualdade de direitos de nações pequenas e grandes” (Nações Unidas, 1945, *apud* Grubba, 2015, p. 171). Além disso, Grubba (2015, p. 26) também diz:

Após o seu surgimento, as Nações Unidas criaram um Sistema Global de Direitos Humanos, do qual participam normativas de direitos humanos como a Declaração Universal de 1948 e os dois Pactos de 1966. Nesse sentido, o Sistema das Nações Unidas é o que mais próximo se tem, no mundo contemporâneo, de um consenso político sobre a dignidade humana, além de representar o maior avanço político mundial na defesa dos direitos humanos.

Apesar dessas resoluções saudáveis apontadas por Grubba, o texto da Rio+20 analisado apresenta tópicos gerais sobre igualdade de gênero e empoderamento da mulher, sem especificar encaminhamentos ou propostas mais concretas de

realização. De forma semelhante, ao discutir os relatórios anuais das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento (RDH), Grubba (2015, p. 26-27) nos diz que “apesar dos avanços na defesa dos direitos humanos, também existem retrocessos, em razão de diferenças culturais e étnicas, mas também em razão de falta de políticas públicas para a implementação dos direitos, além de outros motivos”.

Nossa análise também identificou elementos no texto que demonstram essa preocupação com os Direitos Humanos, ao mesmo tempo em que não se percebe ações mais detalhadas sobre como enfrentar obstáculos para a garantia de direitos iguais para mulheres. Grubba (2015) explica:

A Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979), na esteira Declaração Universal de 1948, reafirma o princípio da não discriminação e proclama que todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos e que toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades nela estabelecidos, sem distinção de qualquer tipo, incluindo distinção baseada no sexo. A Convenção propõe políticas universalistas ao afirmar que o desenvolvimento pleno e completo de um país, o bem estar do mundo e a causa da paz requer a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com os homens em todos os campos (Nações Unidas, 1979, apud Grubba, 2015, p. 234).

Cabe salientar também que na ONU existem nove instrumentos internacionais básicos de direitos humanos, com comitês de especialistas que monitoram as ações e protocolos. Um desses protocolos refere-se à Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres, realizada em 3 de setembro de 1981 (Nações Unidas, 2018). Outra iniciativa mais recente da ONU é a nomeação da jogadora de futebol brasileira Marta Vieira como Embaixadora da Boa Vontade para mulheres e meninas no esporte (UN Women Goodwill Ambassador), “a favor da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no mundo, inspirando mulheres e meninas a desafiar estereótipos, superar barreiras e seguir seus sonhos e ambições, incluindo na área do esporte” (Nações Unidas, 2018).

Quanto à dimensão da *prática discursiva*, em relação à recepção do relatório, a antropóloga Iara Pietricovsky, do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, referiu-se ao texto do evento como “Um cenário lamentável de retrocesso. Os governos, pressionados por uma lógica de “cada um por si” e o mundo que se dane, nos levaram a assistir uma farsa” (Pietricovsky, 2012). A autora ainda acrescenta:

O documento que será aprovado amanhã retrocedeu nos direitos das mulheres, não resolveu o problema do financiamento ao desenvolvimento sustentável e muito menos os problemas diretamente relacionados à mudança climática, assim como, não solucionou o problema de transferência de tecnologia, direito a água, piso social básico, entre muitos dos temas fundamentais para que os direitos humanos sejam efetivados e os países caminhem para uma rota de sustentabilidade.

Além disso, o documento não faz referências a possibilidades de diferentes identidades de gênero, que pudessem pelo menos vislumbrar identidades alternativas de gêneros, masculinidades ou feminilidades ou ao menos apontar para “uma variedade de condições sociais das mulheres” (Figueiredo, 2005, p. 441), alinhadas a pesquisas recentes sobre gênero ou teorias *queer*. Observam-se evidências de uma oposição binária entre nós (os homens responsáveis pelo documento) e as mulheres (sobre quem se fala). Sob a perspectiva da área de Administração, em especial estudos organizacionais, Souza (2017) também se refere à possibilidade de se incluir outras identidades:

tornar-se um gerente ou um operário precisa ser entendido como um processo de identificação discursiva pelo qual a construção da identidade é permeada pela constante repetição de normas (performatividade) que moldam as performances de gerentes e trabalhadores. Essas identidades não são fixas e estáveis, mas são fragmentadas e acabam funcionando em uma lógica binária que produz hierarquias dentro das organizações e estabelecem tanto o que é um gerente e um trabalhador normal/padrão ou anormal em tempo e lugares específicos. Problematizar estas identidades é também problematizar a lógica capitalista, rompendo com noções funcionalistas de identidades laborais naturais e apolíticas (Souza, 2017, p. 320).

Assim, nossa análise evidenciou, pelo menos, duas questões centrais sobre a representação da mulher no discurso da ONU: (1) a mulher é o “outro” e (2) a mulher é representada como um ator social passivo, muito alinhada com a visão binária de homem. A seguir discutiremos esses achados na dimensão *texto*.

### **Análise e discussão: a dimensão *texto***

Via Fairclough (1992; 2010) e van Leeuwen (1997; 2005) conforme já assinalado, parece-nos relevante investigar como os atores sociais estão representados (ativo/passivo, pessoal/impessoal, nomeado/classificado, específico/genérico), a partir da exploração de pronomes possessivos utilizados no *corpus*. Observamos que a mulher está representada como o “outro”, conforme ilustrado nos trechos a seguir:

---

(1) *We reaffirm the vital role of women and the need for their full and equal participation and leadership in all areas of sustainable development, and decide to accelerate the implementation of our respective commitments [...]*

(2) *We support prioritizing measures to promote gender equality and the empowerment of women in all spheres of our societies, including the removal of barriers to their full and equal participation in decision-making and management at all levels [...]*

Essa forma de representação da mulher, “o outro”, se insere dentro das preocupações das teorias feministas pós-estruturalistas, as quais concentram seus argumentos no relacionamento entre linguagem e “ser mulher” (Calás & Smircich, 1999). Nota-se que o uso repetido do pronome *we* e também do pronome *their* exclui a mulher do discurso institucional da ONU, e, portanto, aponta para um *corpus* ideologicamente masculino, contribuindo para reforçar a posição hegemônica do homem. Com isso, corroboramos um pressuposto que perpassa as teorias feministas, conforme apontado por Calás e Smircich (1999), que reconhecem a dominação masculina nos arranjos sociais e resistem a essa hegemonia configurando-se numa luta política. Wolff *et al* (2013, p. 7) também afirmam que “apesar dos avanços obtidos por meio das inúmeras lutas travadas pelas mulheres, muitos obstáculos persistem e alguns se re-configuram”. Entre os desafios, afirmam as autoras, estão “a baixa participação das mulheres nas instâncias de poder político” bem como “as desigualdades de gênero no âmbito do trabalho e da distribuição de renda”. Embora haja indícios desses aspectos no documento analisado, eles aparecem de maneira genérica.

Ao se analisar a inclusão e exclusão dos atores sociais, segundo van Leeuwen (2005) e também Fairclough (2003), pode-se verificar a ocorrência e ênfase dadas aos diferentes participantes no texto. Dentro da exclusão, pode-se verificar a supressão de um participante, quando não é citado, ou é posto em segundo plano, isto é, não constitui participante ativo. No nosso *corpus* de 693 palavras em análise, o substantivo mulher aparece apenas dezoito vezes, sendo que nestas inserções ela não figura como um ator social ou participante dos processos na qual está envolvida. Através da análise do sistema de transitividade, não há no documento nenhum processo no qual a mulher seja agente. Tal fato revela que há uma exclusão do ator social ‘mulher’ nas ações representadas no texto, atribuindo-se a ela o papel de ator social sem voz. Tendo em mente que o propósito do texto analisado é referente ao empoderamento da mulher e igualdade de gênero, é possível afirmar que este empoderamento está no controle do agente social ‘*we*’ que, por sua vez, está verbalmente comprometido em oferecê-la esse poder, conforme demonstrado no exemplo abaixo:

(3) *We reaffirm the vital role of women and the need for their full and equal participation and leadership in all areas of sustainable development*

Pode-se observar também que nos trechos em que o substantivo mulheres (*women*) é citado, ele geralmente aparece inserido em grupos nominais (sintagmas nominais), como por exemplo, “*the vital role of women*”, “*equal rights and opportunities for women*”, “*the equal access of women and girls to education*” e “*gender equality and the empowerment of women*” nas orações:

(4) *We reaffirm the vital role of women and the need for their full and equal participation and leadership in all areas of sustainable development*

(5) *We are committed to equal rights and opportunities for women in political and economic decision-making and resource allocation*

(6) *We are committed to promote the equal access of women and girls to education, basic services, economic opportunities and health-care services,*

(7) *We support the work of the United Nations system in promoting and achieving gender equality and the empowerment of women in all aspects of life*

Escolhas léxico-gramaticais como essas levam à generalização de determinada prática social, diminuindo a diferença entre indivíduos e eliminando responsabilidade dos diferentes atores sociais, assim como inibindo a ação dos mesmos. Em outras palavras, além da participante ‘*women*’ não estar numa posição de agente das ações ocorrentes nas frases, sendo citada indiretamente nessa posição, a inserção nesses grupos nominais aponta seu papel de uma forma generalizada (cf., por exemplo, o papel vital das mulheres, direitos e oportunidades iguais para mulheres).

Além disso, em uma dessas passagens, a posição da palavra ‘*women*’ é caracterizada por ser um participante denominado *Beneficiário* na LSF<sup>6</sup>, conforme o exemplo abaixo:

<i>We</i>	<i>Resolve</i>	<i>to undertake</i>	<i>legislative and administrative reforms</i>	<i>to give</i>	<i>Women</i>	<i>equal rights with men to economic resources</i>
<b>Experien- ciador</b>	<b>Pr: Mental</b>	<b>Pr: material</b>	<b>Meta</b>	<b>Pr: mate- rial</b>	<b>Benefi- ciário</b>	<b>Meta</b>

De fato, a mulher continua com o papel do agente passivo, entretanto, aqui ela toma uma posição diferente dos outros processos contidos no texto analisado: ela é o participante beneficiado do processo material *to give*, isto é, a mulher é o participante que recebe algo. O participante Beneficiário, portanto, é beneficiado

e afetado por alguma ação. Neste exemplo, direito igualitário é dado à mulher como resultado de uma reação mental de cognição (*'resolve to'*<sup>7</sup>) dos chefes de estado (*'we'*). Tal fato aponta o poder do agente *'we'* e não estende somente à oposição ativa/passiva com os grupos nominais onde a mulher foi citada, mas o processo mental em que estão engajados acaba por oferecer a ela um determinado tipo de ajuda.

Dentre os participantes citados no texto, o participante *'we'*, que representa as nações que assinaram o documento, mostrou-se mais saliente nas frases ocorrentes. Mais especificamente, o pronome *'we'*, conforme declarado na página de abertura do documento *O Futuro que Queremos*, refere-se a (em negrito)<sup>8</sup>:

(8) ***We, the Heads of State and Government and high-level representatives, having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20 to 22 June 2012, with the full participation of civil society, renew our commitment to sustainable development and to ensuring the promotion of an economically, socially and environmentally sustainable future for our planet and for present and future generations***

Entendemos que tal participante (*'we'*) é o agente ativo de diferentes processos<sup>9</sup>, o agente social capaz de falar sobre ou verbalizar os eventos das práticas descritas no texto, conforme ilustrado nos seguintes exemplos:

(9) *We reaffirm the vital role of women and the need for their full and equal participation and leadership in all areas of sustainable development*

(10) *we emphasize the impact of setting specific targets and implementing temporary measures*

Além disso, o agente iniciador dos processos, ou seja, o ator social (van Leeuwen, 2005) *'we'* é o participante principal de processos mentais (*decide*, *resolve* e *recognize*), tais como nas orações:

(11) *We... decide to accelerate the implementation of our respective commitments*

(12) *We resolve to unlock the potential of women as drivers of sustainable development*

(13) *We recognize that gender equality and the effective participation of women are important for effective action on all aspects of sustainable development.*

Já os processos materiais presentes no texto são, frequentemente, projeções destes verbos, caracterizando o discurso representado como juramentos ou ideias para potencial intervenção, e não um discurso contendo ações propriamente ditas. Por exemplo, a frase abaixo aponta um caso de projeção de um processo mental:

<i>We</i>	<i>resolve</i>		<i>to unlock</i>	<i>the potential of women</i>	<i>as drivers of sustainable development,</i>
<b>Experienciador</b>	<b>Pr: Mental</b>	<b>Projeção</b>	<b>Pr: material</b>	<b>Meta</b>	<b>Circuns: função</b>

Isto significa que o participante ‘we’ não está comprometido diretamente com a ação do processo material; há somente indicação consciente (processo mental) da ação a ser tomada por este agente social, porém, ele não será o agente responsável por fazer a ação. Os demais processos que continham esse tipo de projeção demonstram a mesma imparcialidade do participante ‘we’ nos processos materiais.

Na verdade, conforme apontado por um dos avaliadores do artigo, na polarização entre homens e mulheres (“us” e “them”), em que as mulheres estão sendo posicionadas como ‘o outro’, quem tem o poder de dizer e de ser consciente são ‘os homens’, os quais apoiam, decidem, reconhecem e se comprometem. O discurso de empoderamento das mulheres já mostra que elas não têm poder, pois precisam ser empoderadas pelos homens, representados no discurso por “we”.

Em relação à estrutura textual do relatório, é interessante notar que os temas não estão organizados por ordem alfabética, mas por outra lógica não expressa no documento. Erradicação da pobreza, por exemplo, tema preponderante do documento, é o primeiro tema da lista. Esta temática, dada a sua inquestionável relevância conforme mencionado no texto como “o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje” (Nações Unidas, 2012), sugere uma ordenação dos temas por importância. Neste sentido, o tema *Gender equality and the empowerment of women*, embora incluído no documento, é o último a ser abordado.

O tema *gender equality and the empowerment of women* nos guiou a uma análise sobre o processo de sinonímia no texto para *equality* (igualdade) e *empowerment* (empoderamento). Conforme Fairclough (2003), este processo pode sugerir a ocorrência de sinônimos estabelecidos em discursos particulares, os quais não refletem, necessariamente, os significados expressos em dicionários. Neste sentido, no discurso da ONU, *equality* e *empowerment* significam, por exemplo: “*implementation of our respective commitments*”, “*removal of barriers*”, “*setting specific targets and implementing temporary measures*”, “*repeal of discriminatory laws*”, “*creating an enabling environment*”, “*undertake legislative and administrative reforms*”. Tais significados complementam a suposta imparcialidade ou distanciamento do agente central do texto com relação ao tema proposto. Em outras palavras, apesar desses sinônimos ligados a empoderamento e igualdade terem significados relacionados a medidas



que promoveriam a igualdade entre os gêneros, não há um agente real envolvido em qualquer tipo de ação que leve à realização dos feitos, incluindo o agente 'we'. Como ilustração da imparcialidade do agente, segue abaixo a frase onde está incluso o sinônimo '*removal of barriers*' e um exemplo criado a fim de mostrar como este agente poderia estar diretamente ligado a uma ação, sendo ele um possível agente de mudança.

(14) - "*We support prioritizing measures to promote gender equality and the empowerment of women in all spheres of our societies, including the removal of barriers to their full and equal participation in decision-making and management at all levels*".

(15) - *We remove all barriers to their full and equal participation in decision-making...*

Considerando os achados apresentados neste trabalho, pode-se verificar a presença de um discurso de "polarização de gênero" (Bing & Bergvall, 1996) no documento analisado. Uma vez que há uma organização da vida social baseada na distinção entre o masculino e o feminino de forma estereotipada, a igualdade de oportunidades para ambos acaba sendo minimizada. O texto analisado evidencia, através dos elementos linguísticos destacados no texto, que a naturalização de valores relacionados a questões de gênero sobressalta a diferença, apesar de o assunto abordado ser sobre a busca da igualdade entre gêneros. Além disso, a mulher na representação de mundo no texto é revelada como 'o outro' e está no papel passivo, sendo esta posição oposta ao ator masculinizado 'we', possuidor de uma voz que exprime suas ideias e o único agente potencial para reverter o quadro. Apesar de o texto enfatizar o tema de empoderamento da mulher e igualdade de gênero, contraditoriamente, o discurso do relatório reforça a desigualdade pelas escolhas de vocabulário e gramática utilizados.

Enfatizamos que esta abordagem tem algumas implicações. Primeiramente, significa que a linguagem não é uma atividade puramente individual, mas que os indivíduos realizam ações por meio da linguagem, ou seja, através da linguagem as pessoas agem sobre o mundo, e sobre as outras, o que pode ser constatado ao se analisar o texto selecionado. Segundo, existe uma relação bidirecional entre discurso e estrutura social, o que faz com que alguns discursos sejam aceitos em determinados contextos e rejeitados em outros, por exemplo. Por fim, na ACD devem ser considerados também os recursos sociocognitivos dos indivíduos que produzem e interpretam os textos. Isto é, os textos são perpassados por aspectos ideológicos já que, para ACD, "os discursos moldam a maneira como os indivíduos usam seus recursos cognitivos e os textos significam aquilo que os discursos 'permitem' que signifiquem" (Meurer, 2007,

p. 89). Isto não quer dizer que os indivíduos são sempre sujeitados pelo discurso; pelo contrário, para Fairclough (2001, 2003), através dos textos os indivíduos têm a possibilidade de construir realidades sociais que, no entanto, podem se tornar socialmente naturalizadas.

### Considerações finais

A proposta deste artigo foi discutir a representação da mulher no capítulo *Gender equality and the empowerment of women* do documento final da Rio+20 da ONU. Escolhemos este relatório por representar um texto recente de uma organização transnacional que reúne a assinatura de quase duas centenas de Chefes de Estado e, portanto, em certa medida, endossa a posição de diversas nações sobre o assunto. Além disso, a ONU como organização que desfruta de grande legitimidade tem forte papel na consolidação de ideologias, como nosso estudo indicou pela análise via ACD.

Identificamos, pelo menos, duas questões centrais sobre a representação da mulher no discurso da ONU: (1) a mulher é o “outro” e (2) a mulher é representada como um ator social passivo. Os achados do presente estudo são representativos de práticas sociais contra as quais diversos movimentos feministas têm batalhado: um mundo ideologicamente masculino, onde o homem assume um papel superior ao da mulher em esferas diversas da vida social. Nossos achados também corroboram pesquisas no exterior (Machin, Caldas-Coulthard & Milani, 2016; Motschenbacher, 2010; Cameron, 1990; 2005; Mills, 1995; Wodak, 1997; Cranny-Francis *et al*, 2003; Lazar, 2005), assim como no Brasil (Heberle, 1999; 2004; Figueiredo, 2005; Caldas-Coulthard, 2007; 2008; Cavazotte & Oliveira, 2016; Andrade, 2016; Gontijo & Melo, 2017; Mollinete, Barcellos & Salles, 2017) sobre desigualdades de gênero em diferentes práticas sociais.

Apesar da inclusão do tema nos debates da Rio+20, há ainda muito a ser superado para a consolidação de oportunidades igualitárias de gêneros. Embora tenha ocorrido uma declaração explícita sobre a necessidade da igualdade de gêneros e o empoderamento da mulher para o desenvolvimento sustentável, o discurso “por trás” do texto do documento sinaliza poucos avanços neste sentido. Dessa forma, ainda que a ONU tenha incluído (como o último item da lista de prioridades!) a “igualdade de gêneros e o empoderamento da mulher” como um de seus temas para o debate, enaltecendo a necessidade de políticas consistentes para eliminar as barreiras discriminatórias e assegurando o papel central das

mulheres no desenvolvimento sustentável, concluímos que o texto contribui para a manutenção da posição hegemônica de um mundo masculino.

Vislumbramos nos nossos achados um paradoxo, pois o mesmo texto que tem o empoderamento da mulher como tema central representa a mulher como um ator social passivo e, portanto, beneficiário das ações dos outros. Explicitamente, os homens estão incluídos, pois são a voz ativa do texto, os participantes principais dos processos verbais, mentais e materiais, como mostra nossa análise da transitividade. Portanto, questionamos: o que é empoderamento? Como se repassa ou partilha poder com aquele que não se repassa ação e sim é objeto da ação de outro? Estando as vozes femininas excluídas desse discurso, a dominação persiste, pois coube ao homem decidir os significados e os limites de empoderamento.

Assim, as evidências textuais são desalentadoras. Neste discurso da ONU, há pouco para se crer que alguma verdadeira transformação esteja em curso. A presença excessiva de processos verbais e mentais (“*reaffirm*” “*emphasize*” “*decide*”, “*resolve*” e “*recognize*”, por exemplo) sugere um discurso promissor, porém pouco exequível.

Por fim, a partir das evidências léxico-gramaticais obtidas pelo sistema da transitividade, foi possível verificar o papel secundário da mulher na sociedade sob a perspectiva das autoridades chefes de nações, bem como a existência da desigualdade de gênero que a impede de usufruir plenamente seus direitos. Neste sentido, nossa análise mostra que tais autoridades reconhecem as dificuldades das mulheres como consequência do regime da opressão de gênero e, desta forma, afirmam comprometimento para erradicar tal precariedade. Entretanto, ao mesmo tempo em que reconhecem a opressão e condições precárias, as causas desse cenário bem como seus responsáveis são suprimidos do texto. Não há responsabilização; ao contrário, a valoração positiva que é feita às Nações dissimula a responsabilidade que estes possuem no engendramento deste contexto. A desigualdade de gêneros não é um processo natural, como um leitor desatento poderia interpretar. É um processo historicamente datado e socialmente construído com a participação e convivência dos Estados. Os mesmos que proclamam a igualdade de gêneros foram agentes (co)responsáveis pela construção de uma sociedade sexista.

Estudos em linguagem e gênero (como os citados no artigo ou em vários estudos publicados nas revistas *Estudos Feministas* e *Pagu*, por exemplo) afirmam que as representações que têm sido historicamente construídas são passíveis de serem desconstruídas e reconstruídas. Desta forma, acreditamos que uma visão crítica e a consciência da existência de discursos que ainda reforçam

desigualdades em termos de linguagem, identidade e gênero podem contribuir para a erradicação da discriminação e promoção da igualdade entre as pessoas.

## Notas

<sup>1</sup> Em relação a estudos de gênero e linguagem no Brasil, destacamos, por exemplo, Caldas-Coulthard e Collins (1994); Caldas-Coulthard (2007); Funck e Widholzer (2005), Heberle, Ostermann e Figueiredo (2006) e Figueiredo et al (2017). Outras publicações interessantes sobre ACD incluem Magalhães, C. (2001), Caldas-Coulthard e Figueiredo (2004) e também Magalhães e Rajagopalan (2005).

<sup>2</sup> O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros ([http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao\\_institucional/](http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional/)).

<sup>3</sup> A ONU possui 193 Estados-Membros, mas representantes de 188 países efetivamente assinaram o relatório final da Rio+20.

<sup>4</sup> O termo *Major Groups* nas Nações Unidas diz respeito aos nove grupos da sociedade civil, participantes da Plenária de Alto Nível da Rio+20, a saber, Comunidade Científica e tecnológica; Crianças e jovens; Agricultura; Povos indígenas; Autoridades locais; ONGS; Mulheres; Trabalhadores e sindicatos e Negócios e Indústria (Araújo, Fraga e Resende, 2018).

<sup>5</sup> Fuzer e Cabral (2014) apresentam uma sistematização muito adequada da LSF para a língua portuguesa. Ver também Lima-Lopes e Rottava (2018).

<sup>6</sup> De acordo com Halliday & Matthiessen (2014, p. 345), o participante Beneficiário pode ocorrer em orações de processos materiais, verbais ou ocasionalmente até em processos relacionais na LSF. Numa oração material, o Beneficiário é o cliente ou Recebedor do benefício.

<sup>7</sup> Os processos “*resolve*” e “*decide*” podem ser considerados processos mentais, do tipo desiderativo, segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 257).

<sup>8</sup> Segundo o sítio [http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/participacoes.html](http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/participacoes.html), a Conferência Rio+20 contou com representantes dos Estados-membros da ONU e com milhares de participantes dos mais variados setores da sociedade civil. O credenciamento das delegações oficiais, de representantes da sociedade civil e da imprensa esteve a cargo da ONU. A participação brasileira no evento esteve sob a coordenação da Comissão Nacional para a Rio+20, criada pelo Decreto 7.495, de 7 de junho de 2011.

<sup>9</sup> Entendemos que os participantes dos processos materiais, verbais e mentais podem ser considerados como tendo papel de agência na medida em que atuam, falam e sentem, apesar de não exercerem o mesmo grau de abstração/concretização dos processos. Num processo verbal, por exemplo, um Dizente (Sayer) tem mais agência do que quem está recebendo a mensagem (Receiver).

---

## Referências

- Araújo, C. L., Fraga, R. G. & Resende, V. M. (2018).** Participação social nos resultados da Rio+20: a inclusão dos interesses dos grupos sociais no texto “O futuro que queremos?”. *O Social em Questão*, 40, 79-102.
- Bing, J. M. & Bergvall, V. L. (1996).** The Question of Questions: Beyond Binary Thinking. In: J. M. Bing, V. L. Bergvall, V. L. e A. Freed, A. (Eds.), *Rethinking Language and Gender Research*. New York: Longman, 1-30.
- Calás, M. B. & Smircich, L. (1999).** Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: S. Clegg, S.; Hardy, C.; Nord, W. *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, cap. 10, 275-239.
- Caldas-Coulthard, C. R.. (1994).** From Discourse Analysis to Critical Discourse Analysis: theoretical developments. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, 49-64.
- Caldas-Coulthard, C. R. & Collins, H. (1994).** (Orgs.) *The Specialist*, 15 (1 e 2), 137-150. São Paulo: Editora PUC/SP.
- Caldas-Coulthard, C. R. & Figueiredo, D. C. (2004)** (Orgs.). Análise crítica do discurso. *Linguagem em (Dis)curso*, 4 (Especial).
- Caldas-Coulthard, C. R. (2007).** Caro Colega: Exclusão Linguística e Invisibilidade. *Discurso & Sociedad*, 1(2), 230-246.
- Caldas-Coulthard, C. R. (2005).** Cross Cultural Representation and Gendered Bodies in the Discourse of Tourism. In: L. M. B. Tomitch, M. H. Abrahao, M. H. V., C. Daghlian & D. I. Ristoff. (Orgs.). *A Interculturalidade no Ensino de Inglês*. Florianópolis: PGI- UFSC, 421-438.
- Caldas-Coulthard, C. R. (2008).** Da Análise do Discurso à Análise Crítica do Discurso. In C.R Caldas-Coulthard; L. Cabral (Orgs.) *Desvendando Discursos: Conceitos Básicos*, 19-44.
- Cameron, D. (1990).** (Ed). *The Feminist Critique of Language*. London: Routledge.
- Cameron, D. (2005).** Language, Gender, and Sexuality: Current Issues and New Directions. *Applied Linguistics*, 26(4), 482-502.
- Cavazotte, F. S. C. N., Oliveira, L. B., & Miranda, L. C. (2010).** Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e na sua intenção de deixar a empresa. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, 45(1), 70-83.
- Cranny-Francis, A. (2003).** (Ed). *Gender studies: Terms and debates*. London: Palgrave/Macmillan.

- Eckert, P. & McConnell-Ginet, S. (2004).** *Language and gender*. New York: Cambridge University Press.
- Eggins, S. (2004).** *An introduction to Systemic Functional Analysis*. 2 Ed. Continuum Editor.
- Fairclough, N. (2001).** *Language and power*. 2 ed. Harlow, England, New York: Longman.
- Fairclough, N. (2003).** *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge.
- Fairclough, N. (2010).** *Critical Discourse Analysis*. 2ª. Ed. London: Longman Applied Linguistics.
- Figueiredo, D. C. (2005).** Do balde à BMW: Posicionamento de gênero num anúncio publicitário. In: L. M. B. Tomitch, L.M.B. et al (Orgs.). *A interculturalidade no ensino de inglês*. Florianópolis: PGI/UFSC e ABRAPUI, 439-456.
- Figueiredo, D. C., Nascimento, F. & Rodrigues, M. E. (2017).** Discurso, culto ao corpo e identidade: representações do corpo feminino em revistas brasileiras. *Linguagem em (Dis)curso* (impresso), 17, 67-88.
- Funck, S. B. & Widholzer, N. (2005).** *Gênero em Discursos da Mídia*. Florianópolis: Editora das Mulheres.
- Fuzer, C. & Cabral, S. R. S. (2014).** *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras.
- Gontijo, M. R. & Melo, M. C. L. (2017).** *Da Inserção ao Empoderamento: Análise da Trajetória de Diretoras de Instituições Privadas de Ensino Superior de Belo Horizonte*. READ. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre), 23,126-157. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141323112017000400126&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141323112017000400126&script=sci_abstract)>. Acesso em 27 mar 2018.
- Grubba, L. S. (2015).** O problema do essencialismo no direito: inerentismo e universalismo como pressupostos das teorias que sustentam o discurso das Nações Unidas sobre os direitos humanos. *Tese de doutorado*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis.
- Halliday, M.A.K. (1978).** *Language as social semiotic*. London: Edward Arnold.
- Halliday, M.A.K. & Matthiessen, C. (2004).** *An introduction to functional grammar*. 3rd ed. London: Edward Arnold.
- Halliday, M. A. K.; Matthiessen, C. (2014).** *Halliday's introduction to functional grammar*. 4th ed. London and New York: Routledge.

- 
- Heberle, V. M. (1999).** *A Representação das experiências femininas em editoriais de revistas para mulheres.* In: *Revista Iberoamericana de Discurso & Sociedad.* Barcelona: Editorial Gedisa. 1(3), 73-86.
- Heberle, V. M. (2000).** Análise crítica do discurso e estudos de gênero: subsídios para a leitura e interpretação de textos. In: Mailce B. M. Fortkamp; Leda M. B. Tomitch. (Org.). *Aspectos da Linguística Aplicada: Estudos em Homenagem ao Prof Hilário Inácio Bohn.* 1. Ed. Florianópolis: Insular, 1, 289-316.
- Heberle, V. M. (2004).** Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias? In: *Linguagem em (Dis)curso, 4(Especial),* 85-112.
- Heberle, V. M., Ostermann, A. C., & Figueiredo, D. (2006).** (Orgs.). *Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos.* Florianópolis: Editora da UFSC.
- Lago, M. C. de Souza, Wolff, C. S & Ramos, T. R. de Oliveira (2012).** (Orgs.). *Revista Estudos Feministas, 20 (1).* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Lazar, M. M. (2005).** (Ed.). *Feminist critical discourse analysis: Gender, power and ideology in discourse.* London: Palgrave.
- Lima-Lopes, R. & Rottava, L. (2018).** (Orgs.) Interlocuções teóricas e a língua em uso: Linguística Sistêmico-Funcional, Linguística Enunciativa e Linguística Aplicada. *DELTA, 34 (1).*
- Longman, K. A. (2018).** Perspectives on Women's Higher Education Leadership from Around the World. *Administrative Sciences, 35,* 1-6.
- Machin, D., Caldas-Coulthard, C. R., & Milani, T. M. (2016).** Doing critical multimodality in research on gender, language and discourse. *Equinox. Gender & Language. 10,* 301–308.
- Magalhães, M. I. S. (1986).** Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. *DELTA, 2(2),* 181-205.
- Magalhães, M. I. S. & Rajagopalan, K. (2005).** (Orgs.). Análise crítica do discurso: *DELTA, 21: Especial.* São Paulo: EDUC.
- Magalhães, M. I. S, Martins, A. R. & Resende, V. M. (2017).** *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa.* Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Magalhães, C. (2001).** (Org.) *Reflexões sobre a análise crítica do discurso.* 1. ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- Melo, P. T, Salles, H. K. & van Bellen, H. M. (2012).** Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento


com base na análise crítica do discurso da Rio+20. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, 10(3), Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512012000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300013&lng=en&nrm=iso).

- Meurer, J.L. (2007).** Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In J.L. Meurer; A. Bonini; D. Motta-Roth (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. 2ª. ed. São Paulo: Parábola, 81-106.
- Mills, S. (1995).** *Feminist stylistics*. London: Routledge.
- Moita Lopes, L. P. (2003).** Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In: Luiz Paulo da Moita Lopes, (Org.). *Discursos de Identidades*. Campinas: Mercado de Letras, 13-38.
- Motta-Roth, D. & Heberle, V. (2015).** A short cartography of genre studies in Brazil. *Journal of English for Academic Purposes*, v. 19, p. 22-31.
- Molinete, I. A.; Barcellos, R.de M. R. & de; Salles, H. K. (2017).de.** *Da Mão de Ferro ao Romantismo: a produção do Gênero no Discurso da Literatura Pop Management*. Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, Edição Especial, 06-22. Doi: <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v0i0.1354>.
- Motschenbacher, H. (2010).** *Language, gender and sexual identity: Poststructuralist perspectives*. Amsterdam: John Benjamins.
- Nações Unidas. (2016).** In Addis Ababa, Ban urges leaders to build on progress in human rights and women's empowerment. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2016/01/521222-addis-ababa-ban-urges-leaders-build-progress-human-rights-and-womens>. Acesso em julho de 2018.
- Nações Unidas. (2018)** Press release: UN Women announces Marta Vieira da Silva as Goodwill Ambassador. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2018/7/press-release-un-women-announces-marta-vieira-da-silva-as-goodwill-ambassador>. Acesso: 15 de julho de 2018
- Nações Unidas. (2018)** *The Core International Human Rights Instruments and their monitoring bodies*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CoreInstruments.aspx>. Acesso: 25 de julho de 2018.
- Oliveira, T. E. (2014).** Rio+20: análise do protagonismo dos atores sociais na cobertura da mídia. TCC. Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão da Comunicação nas Organizações. Centro Universitário de Brasília Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD.



- Pietricovsky, I. (2012).** Rio+20 ou Rio-20. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/510697-rio-20-ou-rio-20->
- Salles, H.K.de. (2014).** Conhece-te a ti mesmo: O discurso da avaliação de organizações sem fins lucrativos. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- United Nations. (2012).** *The Future We Want*. ONU: Rio de Janeiro.
- van Leeuwen, T. (1997).** A representação dos atores sociais. In: Emilia Pedro, E. R. (org.). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Canunho, 169-222.
- van Leeuwen, T. (2008).** *Discourse and Practice: New tools for critical discourse analysis*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- Wodak, R. (1997).** (Ed.). *Gender and discourse*. London: Sage.

### Notas biográficas

	<p><b>Viviane M. Heberle</b> é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Inglês e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do CNPq. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, com atuação em estudos nas áreas de análise crítica do discurso, linguística sistêmico-funcional, ensino de língua inglesa no Brasil, gênero, multimodalidade e multiletramentos.</p> <p><b>E-mail:</b> <a href="mailto:viviane.heberle@ufsc.br">viviane.heberle@ufsc.br</a></p>
---	--



**Helena Kuerten de Salles** é professora do Dpto de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Pós-doutorado na Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Sua pesquisa atual volta-se para os estudos organizacionais críticos, com ênfase nas questões de gênero e trabalho. Atualmente é coordenadora do Grupo de Pesquisa interinstitucional Gênero na Administração Pública.

**E-mail:** [helena.salles@ufsc.br](mailto:helena.salles@ufsc.br)



**Litiane Barbosa Macedo** é doutora em Inglês – Estudos linguísticos (2018) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Brasil. Possui graduação em Letras - Língua Inglesa e Literaturas (2010) e mestrado em Inglês - Estudos Linguísticos e Literários (2014); títulos também obtidos pela UFSC. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise Crítica do Discurso; Gramática Sistemática Funcional; Multimodalidade; Estudos da Linguagem, Gênero e Representações em diversos modos semióticos; Estudos de Gênero em contextos africanos.

**Email:** [litiane.macedo@gmail.com](mailto:litiane.macedo@gmail.com)